

Analista Legislativo Municipal**INSTRUÇÕES**

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.

Você recebeu do fiscal o seguinte material: a) Caderno de Questões da Prova Objetiva com as questões desta; b) Folha de Respostas destinada às respostas das questões da Prova Objetiva.

Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.

É responsabilidade do candidato certificar-se de que recebeu a prova correspondente (verifique o cabeçalho do Caderno de Questões). Notifique o fiscal qualquer irregularidade.

FOLHEAR O CADERNO DE QUESTÕES ANTES DO INÍCIO DA PROVA IMPLICA NA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO. SOMENTE APÓS AUTORIZADO O INÍCIO DA PROVA, VERIFIQUE SE ESTE CADERNO DE QUESTÕES ESTÁ COMPLETO E EM ORDEM. NOTIFIQUE O FISCAL QUALQUER IRREGULARIDADE IMEDIATAMENTE.

Não esqueça de assinar seu nome, com caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul, no espaço próprio da Folha de Respostas.

O candidato deverá assinalar as respostas das questões da Prova Objetiva na Folha de Respostas, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas (dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, falta de marcação e campo de marcação não preenchido integralmente).

Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR. Ambas somente poderão ser substituídas caso estejam danificadas em suas margens superior ou inferior – BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA.

Quando terminar, entregue obrigatoriamente ao fiscal a Folha de Respostas. **NÃO DEIXE DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

Língua Portuguesa

O texto seguinte servirá de base para responder às questões de 1 a 10.

13º salário surgiu de greve geral após vitória do Brasil na Copa de 1962

Em 1962, o Brasil conquistou o bicampeonato na Copa do Mundo. Mas pouca gente conhece a história de uma outra conquista daquele ano: a do 13º salário, benefício garantido em lei sancionada pelo presidente João Goulart em 13 de julho de 1962.

"O 13º salário é um caso de reivindicação surgida no chão da fábrica, legitimada nas relações costumeiras entre patrões e empregados em algumas firmas, transformada em lei às custas de greves, demissões, abaixo assinados, prisões e cuja memória é depois ofuscada pelo brilho da lei que supõe-se, como toda lei, ter sido iniciativa de algum presidente, deputado ou senador", escreve o historiador Murilo Leal Pereira Neto.

Tudo aconteceu sob protestos dos empresários e do mercado financeiro da época, conforme registrou o jornal O Globo que, no dia 26 de abril de 1962, estampou na sua manchete: "Considerado desastroso para o País um 13º mês de salário".

O desastre não veio e hoje milhões são beneficiados com o rendimento adicional, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

A gratificação de Natal é uma tradição originada em países de maioria cristã, onde alguns patrões tinham o costume de presentear seus funcionários com cestas de alimentos na época das festas de fim de ano.

Essa doação, antes voluntária, tornou-se obrigatória na Itália em 1937, durante o regime fascista de Benito Mussolini, quando o acordo coletivo de trabalho nacional passou a prever um mês adicional de salário para os empregados das fábricas.

Em 1946, o benefício seria estendido às demais categorias de trabalhadores italianos, sendo consolidado através de decreto presidencial em 1960.

No Brasil, os primeiros registros de greves e demandas pelo abono de Natal são de 1921, na Companhia Paulista de Aniagação e na indústria Mariângela, ambas empresas do setor têxtil.

Sob inspiração da Carta del Lavoro de 1927 da Itália fascista, o Brasil aprovaria em 1943 sua Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mas ela não constava o 13º salário.

Naquele mesmo ano, no entanto, o abono de Natal foi conquistado pelos trabalhadores da fabricante de pneus Pirelli, levando a uma greve geral no ano seguinte em Santo André (SP) pelo pagamento do benefício.

"Na onda de greves que se alastrou de dezembro de 1945 a março de 1946, a luta pelo prêmio de final de ano era a principal reivindicação na sua maioria, envolvendo

categorias como ferroviários da Sorocabana, trabalhadores da Light, tecelões, metalúrgicos, gráficos e químicos em São Paulo", lembra Pereira Neto, em sua tese de doutorado.

Após tantas lutas e greves pelo país ao longo dos anos, a Constituição de 1988 garantiu o 13º salário a todos os trabalhadores urbanos e rurais, direito formalmente estendido aos servidores públicos por meio da Emenda Constitucional 19 naquele mesmo ano.

<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2ln4p18r2ro>. adaptado.

Questão 01

A linguagem é um sistema de comunicação que facilita a interação entre as pessoas, a transmissão de conhecimento e a construção de relações sociais, desempenhando um papel essencial na cultura e no desenvolvimento humano.

No texto base intitulado '13º salário surgiu de greve geral após vitória do Brasil na Copa de 1962' tem-se o tipo de linguagem:

- (A) Verbal.
- (B) Não verbal.
- (C) Verbal e não verbal.
- (D) Literária.
- (E) Oral.

Questão 02

Tudo aconteceu 'sob protestos dos empresários e do mercado financeiro da época'.

Sintaticamente, o termo destacado nesta frase trata-se de:

- (A) Predicado verbal.
- (B) Adjunto adverbial.
- (C) Oração subordinada.
- (D) Complemento nominal.
- (E) Objeto indireto.

Questão 03

O desastre não 'veio' e hoje milhões são beneficiados com o rendimento adicional, segundo o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

O verbo destacado, nesta frase, comporta-se como um verbo:

- (A) Intransitivo.
- (B) De ligação.
- (C) Transitivo indireto.
- (D) Bitransitivo.
- (E) Transitivo direto.

Questão 04

Na onda de greves que se alastrou de dezembro de 1945 a março de 1946, a luta pelo prêmio de final de ano era a principal reivindicação na 'sua' maioria.

Nesta frase, o pronome destacado substitui o vocábulo:

- (A) onda.
- (B) dezembro.
- (C) final.
- (D) reivindicação.
- (E) luta.

Questão 05

Em 1962, o Brasil conquistou o bicampeonato na Copa do Mundo. Mas pouca gente conhece a história de uma outra conquista daquele ano: a do 13º salário.

Assinale a opção correta quanto à nova pontuação sem alteração do sentido original da frase.

- (A) Em 1962, o Brasil conquistou uma outra conquista daquele ano: a do bicampeonato na Copa do Mundo. Mas, pouca gente conhece a história de o 13º salário.
- (B) O Brasil conquistou o bicampeonato na Copa do Mundo, em 1962 mas pouca gente conhece a história, de uma outra conquista, daquele ano – a do 13º salário.
- (C) O Brasil, em 1962 conquistou o bicampeonato na Copa do Mundo; mas, pouca gente, conhece a história de uma outra conquista: a do 13º salário daquele ano.
- (D) O Brasil conquistou o bicampeonato na Copa do Mundo em 1962, mas pouca gente conhece a história de uma outra conquista daquele ano – a do 13º salário.
- (E) Em 1962, o Brasil conquistou – uma outra conquista daquele ano, a do bicampeonato na Copa do Mundo. Mas pouca gente conhece a história de: o 13º salário.

Questão 06

As funções da linguagem correspondem às maneiras como a linguagem é usada de acordo com a intenção do emissor.

No texto base intitulado '13º salário surgiu de greve geral após vitória do Brasil na Copa de 1962' predomina qual função da linguagem?

- (A) Expressiva.
- (B) Conativa.
- (C) Metalinguística.
- (D) Denotativa.
- (E) Fática.

Questão 07

[...] envolvendo categorias como 'ferroviários' da Sorocabana, 'trabalhadores' da Light, tecelões, metalúrgicos, 'gráficos' e químicos em São Paulo.

Os vocábulos destacados são formados pelos processos de, respectivamente:

- (A) Sufixação – sufixação – sufixação.
- (B) Parassíntese – parassíntese – parassíntese.
- (C) Parassíntese – parassíntese – sufixação.
- (D) Parassíntese – parassíntese – regressão.
- (E) Sufixação – parassíntese – sufixação.

Questão 08

Em 1946, o benefício 'seria' estendido às demais categorias de trabalhadores italianos, sendo consolidado através de decreto presidencial em 1960.

O verbo destacado na frase encontra-se conjugado no:

- (A) Pretérito mais que perfeito do indicativo.
- (B) Futuro do pretérito do subjuntivo.
- (C) Pretérito imperfeito do indicativo.
- (D) Pretérito imperfeito do subjuntivo.
- (E) Futuro do pretérito do indicativo.

Questão 09

O benefício do 13º salário foi um acontecimento histórico envolvendo empresários, trabalhadores e o mercado financeiro.

Sobre o processo histórico que levou à formalização do 13º salário, assinale a opção correta.

- (A) A primeira vitória dos trabalhadores pela conquista de um abono de final de ano ocorreu em 1946, um período onde os trabalhadores embarcaram em um intrincado processo de greves que resultou no estabelecimento imediato do 13º salário em todas as categorias.
- (B) O processo que culminou na formalização do 13º salário ocorreu sem maiores movimentações sociais, sendo conduzido de maneira orquestrada e cuidadosa pelos legisladores que buscavam consolidar o bem-estar dos trabalhadores brasileiros, apesar de algumas controvérsias.
- (C) A inspiração para o 13º salário no Brasil, que veio de práticas italianas durante o regime fascista, foi logo reimaginada e aceita pelos empresários brasileiros, que viam no benefício uma oportunidade de fortalecer as relações com os empregados.
- (D) O jornal O Globo, em abril de 1962, destacou que o 13º salário representava uma nova forma de vitalizar a economia, prevendo que a sua implementação seria bem recebida por todos os setores da sociedade, sem controvérsias ou resistências.

(E) O 13º salário no Brasil foi sancionado por João Goulart em 1962, após um mosaico de lutas que remontam a décadas anteriores, envolvendo greves e reivindicações que finalmente entrelaçaram o benefício à legislação, apesar de forte resistência empresarial.

Questão 10

A gratificação de Natal é uma tradição originada em países de maioria cristã, onde alguns padrões tinham o costume de presentear seus funcionários com cestas de alimentos na época das festas de fim de ano.

De acordo com as regras de acentuação, é correto afirmar que:

- (A) o vocábulo 'cristã' recebe acento por ser paroxítono terminado em 'ã', como 'grã', 'ímã', etc.
- (B) 'época' é o único vocábulo presente acentuado por ser proparoxítono.
- (C) há dois vocábulos acentuados por serem oxítonos terminados em 'o'.
- (D) 'países' e 'funcionários' são vocábulos paroxítonos acentuados pela mesma regra.
- (E) um vocábulo recebe acento diferencial estabelecido pelo novo acordo ortográfico.

Raciocínio Lógico ? Matemático

Questão 11

Uma construtora está pavimentando uma avenida que terá 8 km de comprimento e precisa definir a quantidade exata de blocos de concreto para cobrir toda a extensão. Cada bloco de concreto cobre uma faixa de 5 metros de comprimento e tem exatamente 1 metro de largura. Sabendo que a avenida será pavimentada em duas faixas, uma para cada sentido de direção, qual será o número total de blocos de concreto necessários para pavimentar completamente a avenida?

- (A) 2.400 blocos.
- (B) 3.600 blocos.
- (C) 3.200 blocos.
- (D) 5.200 blocos.
- (E) 4.000 blocos.

Questão 12

Uma loja de produtos agrícolas realizou um financiamento de R\$30.000,00 para expandir seu estoque, com uma taxa de juros simples de 6% ao semestre, para ser quitado em 18 meses. Com os novos produtos em estoque, a loja estima um valor bruto de vendas de R\$55.000,00 ao final desse período.

Para atrair mais clientes, o gerente decidiu conceder um desconto de 15% sobre o valor bruto para os compradores à vista. Considerando o valor final após o desconto e o custo do financiamento, qual será o lucro efetivo da loja ao término desse período?

- (A) R\$10.500,00.
- (B) R\$11.200,00.
- (C) R\$13.150,00.
- (D) R\$12.550,00.
- (E) R\$11.350,00.

Questão 13

Em uma plantação de milho, o agricultor João notou que o rendimento por hectare de sua safra era modelado por uma Progressão Geométrica (PG). Ele observou que, a cada ano, a produção de milho por hectare aumentava em uma taxa constante de 100%, em relação ao ano anterior, devido à melhoria nas técnicas de manejo e fertilização. No primeiro ano, João produziu 1.000 kg de milho por hectare. Considerando que essa taxa de crescimento se mantém constante ao longo dos anos, qual será a produção estimada por hectare no 6º ano?

- (A) 20.000 kg.
- (B) 32.000 kg.
- (C) 28.000 kg.
- (D) 16.000 kg.
- (E) 24.000 kg.

Questão 14

Uma agência de turismo está organizando uma série de excursões e deseja calcular a quantidade de assentos necessários em seus veículos. Sabe-se que o número total de passageiros x deve satisfazer um requisito da agência para cobrir os custos e garantir lucro. O número de passageiros está relacionado pela função $f(x) = 5x^2 - 45x$.

Com base nisso, quantos passageiros são necessários para que o custo e a operação sejam viáveis?

- (A) 4 passageiros.
- (B) 5 passageiros.
- (C) 10 passageiros.
- (D) 9 passageiros.
- (E) 15 passageiros.

Questão 15

Uma academia possui 5 professores: João, Marcos, Francisco, Mateus e Cláudio. Foi necessário organizar um cronograma de atendimento em que duas duplas de professores trabalham por dia, seguindo sempre a mesma sequência de rodízio. As duplas se revezam na seguinte ordem:

1. João e Marcos.
2. Francisco e Mateus.
3. Marcos e Cláudio.
4. João e Francisco.
5. Mateus e Cláudio.

Com base nesse cronograma, qual será a dupla de professores que atenderá no 258º dia?

- (A) João e Marcos.
- (B) Francisco e Mateus.
- (C) Mateus e Cláudio.
- (D) Marcos e Cláudio.
- (E) João e Francisco.

Regimento Interno da Câmara Municipal de Manaus Lei municipal 1.118/71; Lei Municipal 870/2005

Questão 16

Durante uma sessão plenária, o Presidente da Câmara Municipal de Manaus percebe que há um conflito entre dois vereadores que se estendem para a ordem dos trabalhos. Com base no Regimento Interno, qual das alternativas descreve corretamente uma das ações que o Presidente pode tomar em relação ao incidente?

- (A) Advertir os vereadores e, em caso de insistência, interromper a sessão para uma deliberação sobre a penalidade.
- (B) Afastar-se da condução dos trabalhos para não interferir no andamento da sessão, deixando a responsabilidade com o Secretário.
- (C) Retirar imediatamente ambos os vereadores da sessão, sem dar explicações ao Plenário.
- (D) Conceder a palavra aos vereadores que não estão envolvidos no incidente, ignorando o conflito.
- (E) Desconsiderar o incidente e permitir que os vereadores continuem o debate para preservar a autonomia dos mesmos.

Questão 17

Em 1º de janeiro, os novos vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Manaus reúnem-se para a primeira sessão preparatória da legislatura. De acordo com o Regimento Interno, qual é o procedimento correto para a eleição da Mesa Diretora?

- (A) A eleição ocorre antes da posse dos vereadores eleitos, para garantir que a Mesa Diretora esteja constituída.
- (B) A eleição começa com o registro de candidaturas para todos os cargos da Mesa simultaneamente.
- (C) Os suplentes podem concorrer a qualquer cargo da Mesa Diretora, desde que tenham sido convocados no início da sessão.
- (D) O registro da candidatura é feito por cargo, começando pela Presidência, e o vereador não pode concorrer a mais de um cargo.
- (E) A eleição será realizada por voto secreto para garantir imparcialidade no processo.

Questão 18

Paulo, servidor público, ingressou no serviço público municipal antes de 16 de dezembro de 1998. Ele está planejando sua aposentadoria e deseja saber quais são

os requisitos para se aposentar com proventos integrais, de acordo com as regras de transição previstas na Lei Nº 870/2005. Quais das seguintes condições Paulo deve atender para se aposentar com base no artigo 50 dessa lei?

- (A) Ter sessenta anos de idade, se homem, com trinta anos de contribuição.
- (B) Ter cinquenta e três anos de idade, se homem, cinco anos de efetivo exercício no cargo, e um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo faltante para completar trinta e cinco anos de contribuição.
- (C) Ter completado cinquenta e cinco anos de idade, cinco anos de efetivo exercício no cargo, e trinta anos de contribuição.
- (D) Ter quarenta e oito anos de idade, se mulher, com quinze anos de serviço público e cinco anos no cargo atual.
- (E) Ter completado cinquenta anos de idade, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição.

Questão 19

Ana, servidora pública municipal, cometeu uma infração no exercício de suas funções, e após análise da gravidade do ato, foi aplicada a pena de suspensão. Sabendo que a suspensão é uma das penas disciplinares previstas na Lei Nº 1118/71, qual das alternativas abaixo descreve corretamente os efeitos dessa penalidade?

- (A) A suspensão de Ana não impedirá sua promoção, desde que seja por mérito.
- (B) A suspensão de Ana implicará na perda de vencimentos durante o período da suspensão, além de impactar sua antiguidade e promoções.
- (C) Ana não perderá nenhum direito, pois a suspensão tem caráter educativo.
- (D) Ana terá suspensa apenas parte de sua remuneração, mas manterá todos os outros direitos funcionais.
- (E) Ana poderá converter sua suspensão em multa automaticamente, caso acredite ser mais benéfico.

Questão 20

João foi aprovado em um concurso público e, após dois anos de efetivo exercício, adquiriu estabilidade no cargo público. No entanto, recentemente, foi acusado de irregularidades e está sendo submetido a um processo administrativo. De acordo com a Lei Nº 1118/71, em quais condições João pode perder seu cargo, mesmo sendo um funcionário estável?

- (A) João pode perder o cargo por qualquer tipo de infração administrativa, sem necessidade de processo judicial ou administrativo.
- (B) João só pode perder o cargo se estiver em estágio probatório, uma vez que a estabilidade o protege contra qualquer forma de demissão.

- (C) João pode perder o cargo em virtude de uma sentença judicial transitada em julgado ou por meio de processo administrativo, desde que seja garantida ampla defesa.
- (D) João pode perder o cargo apenas se solicitar sua exoneração voluntária.
- (E) João só pode perder o cargo em caso de demissão por justa causa, após recomendação do chefe imediato.

Conhecimentos Específicos

Questão 21

Durante um debate sobre direitos fundamentais, Paulo, Analista Legislativo, precisou explicar o conceito de habeas corpus. Qual das situações abaixo pode ser protegida por um habeas corpus?

- (A) Ameaça ao direito de sucessão.
- (B) Ameaça ao direito de voto.
- (C) Ameaça ao direito de liberdade de locomoção.
- (D) Ameaça ao direito de privacidade.
- (E) Ameaça ao direito de propriedade.

Questão 22

Carlos, Analista Legislativo, observou que um vereador pediu que seu nome fosse destacado em uma placa de inauguração de uma obra pública. De acordo com o princípio da impessoalidade, essa ação é:

- (A) Proibida, salvo se o vereador for o responsável direto pela obra.
- (B) Proibida, pois viola o princípio da impessoalidade.
- (C) Permitida, se houver acordo entre todos os vereadores.
- (D) Permitida, desde que autorizada pela Câmara Municipal.
- (E) Permitida, mas apenas em eventos solenes.

Questão 23

Carlos, Analista Legislativo, está revisando o balanço das contas municipais e identificou um aumento expressivo na dívida pública. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, qual é a principal obrigação do município em relação ao controle da dívida?

- (A) A dívida pública deve ser monitorada para que não ultrapasse os limites estabelecidos pelo Senado Federal.
- (B) O município pode emitir títulos da dívida sem controle de órgãos externos.
- (C) A dívida pública deve ser paga integralmente dentro de um mandato.
- (D) A dívida pública não deve ultrapassar a receita total do município.
- (E) O município deve manter a dívida pública abaixo de 50% de sua receita corrente líquida.

Questão 24

Durante uma análise financeira, Carlos, Analista Legislativo, identificou que o município ultrapassou o limite da despesa com pessoal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Qual das sanções a seguir pode ser aplicada ao município em caso de descumprimento da LRF?

- (A) Suspensão de repasses voluntários da União.
- (B) Afastamento automático do Prefeito.
- (C) Imposição de multa ao Tribunal de Contas.
- (D) Perda dos direitos políticos do gestor.
- (E) Intervenção estadual imediata.

Questão 25

João, Analista Legislativo, precisa redigir uma emenda a um projeto de lei municipal. Segundo as normas de técnica legislativa, qual dos critérios a seguir deve ser seguido ao elaborar uma emenda?

- (A) A emenda deve ser apresentada apenas no final do processo legislativo.
- (B) A emenda pode incluir temas novos sem relação com o projeto original.
- (C) A emenda deve estar vinculada ao conteúdo do projeto original.
- (D) A emenda pode alterar o projeto sem justificativa.
- (E) A emenda pode modificar apenas o preâmbulo do projeto.

Questão 26

Carlos, Analista Legislativo, precisa garantir que o orçamento anual do município respeite as disposições da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal. Qual dos seguintes princípios deve ser observado na elaboração do orçamento público?

- (A) Retroatividade.
- (B) Excepcionalidade.
- (C) Universalidade.
- (D) Individualidade.
- (E) Sigilo.

Questão 27

Durante um debate na Câmara Municipal, João, Analista Legislativo, explicou que uma lei municipal pode ser questionada por sua constitucionalidade. Qual órgão tem competência para julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) no âmbito federal?

- (A) Senado Federal.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) Supremo Tribunal Federal (STF).
- (D) Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- (E) Ministério Público Federal.

Questão 28

João foi aprovado em um concurso público e nomeado Analista Legislativo Municipal. De acordo com as normas aplicáveis aos servidores públicos, qual é o tempo necessário para que João adquira a estabilidade no serviço público?

- (A) Três anos.
- (B) Seis meses.
- (C) Um ano.
- (D) Cinco anos.
- (E) Dois anos.

Questão 29

João, Analista Legislativo, está preparando um relatório de gestão fiscal do município. Qual é a periodicidade mínima para a publicação do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal?

- (A) Semestral.
- (B) Semanal.
- (C) Mensal.
- (D) Anual.
- (E) Trimestral.

Questão 30

Maria, Analista Legislativa, está participando de uma discussão sobre direitos sociais previstos na Constituição Federal. Qual dos direitos abaixo é classificado como um direito social?

- (A) Direito à livre iniciativa.
- (B) Direito à propriedade.
- (C) Direito ao voto.
- (D) Direito à nacionalidade.
- (E) Direito à saúde.

Questão 31

Carlos, Analista Legislativo, está acompanhando a votação de uma emenda à Lei Orgânica do Município. Qual o quórum necessário para a aprovação de uma emenda a esse documento?

- (A) Um terço dos membros da Câmara.
- (B) Dois terços dos membros da Câmara.
- (C) Maioria absoluta dos presentes.
- (D) Maioria simples dos vereadores presentes.
- (E) Metade dos vereadores.

Questão 32

Paulo, Analista Legislativo, está revisando uma proposta de emenda à Lei Orgânica do Município e precisa garantir que o texto respeite os princípios fundamentais da Constituição. Qual dos seguintes é considerado um princípio fundamental da Constituição Federal?

- (A) Separação dos poderes.
- (B) Imparcialidade no julgamento.
- (C) Legalidade restrita ao Poder Executivo.
- (D) Confederação dos Estados.
- (E) Poder Moderador.

Questão 33

Maria, Analista Legislativa, precisa orientar um vereador sobre o processo de veto de um projeto de lei. Qual das opções a seguir descreve corretamente o processo de veto no âmbito municipal?

- (A) O veto pode ser parcial ou total e deve ser justificado.
- (B) O veto é de competência exclusiva do Presidente da Câmara.
- (C) O veto não pode ser derrubado pela Câmara.
- (D) O veto suspende automaticamente o projeto de Lei.
- (E) O veto é decidido por maioria simples do Tribunal de Contas.

Questão 34

Pedro, Analista Legislativo, foi solicitado a elaborar um parecer sobre a constitucionalidade de uma nova taxa imposta pelo município. Ele precisa avaliar se a taxa está dentro das limitações ao poder de tributar previstas na Constituição Federal. Qual das alternativas abaixo constitui uma limitação ao poder de tributar dos entes federativos?

- (A) Implementar taxas para serviços de natureza administrativa.
- (B) Estabelecer tributos que incidem retroativamente para anos anteriores.
- (C) Criar novos impostos sem uma base de cálculo definida.
- (D) Instituir impostos sobre a propriedade de imóveis urbanos.
- (E) Instituir tributos sobre atividades industriais.

Questão 35

Roberta, Analista Legislativa, está elaborando um parecer sobre a inclusão de novos benefícios no sistema de seguridade social. Segundo a Constituição Federal, quais são as áreas que integram a seguridade social?

- (A) Educação, assistência social e previdência social.
- (B) Saúde, previdência social e assistência social.
- (C) Assistência social, educação e segurança pública.
- (D) Saúde, educação e segurança pública.
- (E) Saúde, previdência social e educação.

Questão 36

Roberta, Analista Legislativa, está acompanhando a votação de um projeto de lei na Câmara Municipal. Qual das atribuições a seguir é de competência do Poder

Legislativo municipal?

- (A) Nomear os secretários municipais.
- (B) Declarar inconstitucionalidade de uma lei municipal.
- (C) Aprovar o orçamento anual do município.
- (D) Propor emendas à Constituição Federal.
- (E) Decretar intervenção no município.

Questão 37

Carlos, Analista Legislativo, foi questionado sobre as sanções previstas na Lei nº 8.429/92 para atos de improbidade administrativa. Qual das seguintes sanções pode ser aplicada a um servidor que praticar improbidade administrativa?

- (A) Suspensão do direito à aposentadoria.
- (B) Multa civil.
- (C) Advertência escrita.
- (D) Advertência oral.
- (E) Demissão sem perda de direitos.

Questão 38

Durante um debate, João, Analista Legislativo, foi questionado sobre a composição do Poder Judiciário. Segundo a Constituição Federal, qual dos seguintes órgãos faz parte do Poder Judiciário?

- (A) Senado Federal.
- (B) Procuradoria Geral da República.
- (C) Presidência da República.
- (D) Supremo Tribunal Federal.
- (E) Tribunal de Contas da União.

Questão 39

Durante a análise orçamentária anual, o Analista Legislativo Carlos identificou um aumento nos gastos com pessoal que ultrapassa o limite legal estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo a LRF, qual é o limite máximo de comprometimento da receita corrente líquida com gastos de pessoal no âmbito do município?

- (A) 50% da receita corrente líquida.
- (B) 55% da receita corrente líquida.
- (C) 70% da receita corrente líquida.
- (D) 80% da receita corrente líquida.
- (E) 60% da receita corrente líquida.

Questão 40

Ana, uma servidora pública, está sendo investigada por improbidade administrativa, sob acusação de enriquecimento ilícito. De acordo com a Lei nº 8.429/92, qual das ações abaixo caracteriza enriquecimento ilícito?

- (A) Adquirir imóvel com recursos próprios e devidamente declarados.

- (B) Negociar imóveis de propriedade pessoal fora do horário de expediente.
- (C) Solicitar licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares.
- (D) Participar de campanha eleitoral como candidata.
- (E) Receber vantagem patrimonial indevida em razão do cargo.

Questão 41

Durante a elaboração de um parecer, Roberta, Analista Legislativa, se deparou com uma discussão sobre imunidade tributária. Segundo a Constituição Federal, qual das entidades abaixo é imune à tributação de impostos?

- (A) Associações empresariais.
- (B) Empresas de economia mista.
- (C) Fundações privadas.
- (D) Instituições religiosas.
- (E) Pessoas físicas de baixa renda.

Questão 42

Carlos, Analista Legislativo, está elaborando um relatório sobre as receitas tributárias do município. Qual dos seguintes impostos é de competência dos municípios?

- (A) Imposto de Renda (IR).
- (B) Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD).
- (C) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).
- (D) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).
- (E) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Questão 43

João, Analista Legislativo, está elaborando um relatório sobre a educação básica no município. Segundo a Constituição Federal, é obrigação do município atuar prioritariamente em qual nível de educação?

- (A) Educação de jovens e adultos.
- (B) Ensino médio.
- (C) Educação técnica.
- (D) Educação superior.
- (E) Educação infantil.

Questão 44

Durante a análise de uma medida provisória enviada pelo Prefeito, Carlos, Analista Legislativo, observou que o documento deveria ter sido encaminhado de outra forma. Segundo a Constituição Federal, qual o papel do Prefeito em relação à edição de medidas provisórias?

- (A) O Prefeito pode editar medidas provisórias desde que autorizadas pela Câmara Municipal.
- (B) O Prefeito não pode editar medidas provisórias.

- (C) O Prefeito pode editar medidas provisórias apenas em relação a matérias financeiras.
- (D) O Prefeito pode editar medidas provisórias somente em casos de calamidade pública.
- (E) O Prefeito pode editar medidas provisórias, mas elas precisam ser aprovadas pelo Tribunal de Contas do Município.

Questão 45

Ana, Analista Legislativo, explica a importância do Ministério Público na defesa da ordem jurídica. Qual é uma função essencial à Justiça, segundo a Constituição Federal?

- (A) Regulamentação de direitos autorais.
- (B) Fiscalização de tributos municipais.
- (C) Controle da polícia civil.
- (D) Defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (E) Defesa pública.

Questão 46

Durante a tramitação de um projeto de lei municipal, João, Analista Legislativo, é questionado sobre a competência para a iniciativa de leis que tratem sobre a criação de cargos no serviço público. Segundo a Constituição Federal, quem possui a competência para a iniciativa de projetos de lei sobre esse tema?

- (A) Qualquer vereador.
- (B) O Presidente da Câmara Municipal.
- (C) O Prefeito Municipal.
- (D) Qualquer cidadão, por meio de iniciativa popular.
- (E) O Tribunal de Contas do Município.

Questão 47

Ana, Analista Legislativa, precisa elaborar um documento que será enviado a um órgão externo, comunicando uma decisão formal tomada pela Câmara Municipal sobre uma nova regulamentação. Considerando a formalidade e as diretrizes de redação oficial, qual documento é o mais adequado para essa comunicação?

- (A) Despacho.
- (B) Ofício.
- (C) Circular.
- (D) Memorando.
- (E) Aviso.

Questão 48

Durante a análise de um projeto de Lei, Maria, Analista Legislativa, precisa verificar se a estrutura do texto atende às normas de técnica legislativa. Segundo a Lei Complementar Federal nº 95/98, como devem ser organizados os artigos de uma Lei?

- (A) Cada artigo deve tratar de diversos assuntos para otimizar o texto.
- (B) Os artigos podem ser redigidos com sentenças longas e complexas para detalhamento técnico.
- (C) Cada artigo deve tratar de um único assunto.
- (D) A numeração dos artigos deve ser feita em algarismos romanos.
- (E) Os artigos devem ser agrupados em blocos, sem subdivisões claras.

Questão 49

João, Analista Legislativo, foi questionado sobre a perda dos direitos políticos de um vereador que sofreu condenação criminal. De acordo com a Constituição Federal, em qual das situações a seguir o vereador perderá seus direitos políticos?

- (A) Quando condenado, em sentença transitada em julgado, por improbidade administrativa.
- (B) Quando investigado por crime de responsabilidade.
- (C) Quando condenado por infração eleitoral.
- (D) Quando condenado por crime culposo.
- (E) Quando condenado por ato administrativo irregular.

Questão 50

Ana, Analista Legislativa, foi informada que uma sessão extraordinária da Câmara Municipal será realizada sem aviso prévio à população. Qual princípio constitucional poderia estar sendo violado caso a sessão não seja divulgada?

- (A) Impessoalidade.
- (B) Legalidade.
- (C) Eficiência.
- (D) Publicidade.
- (E) Moralidade.

Questão 51

Maria, Analista Legislativa, foi questionada sobre a aquisição de nacionalidade brasileira. Qual dos seguintes grupos de pessoas pode adquirir a nacionalidade brasileira por naturalização?

- (A) Filhos de estrangeiros nascidos no Brasil que optarem pela nacionalidade estrangeira.
- (B) Estrangeiros residentes no Brasil, independentemente do tempo de residência.
- (C) Estrangeiros residentes no Brasil há mais de 5 anos, com idoneidade moral.
- (D) Filhos de brasileiros nascidos no exterior que não tenham sido registrados em repartição consular.
- (E) Filhos de brasileiros nascidos no exterior que nunca residiram no Brasil.

Questão 52

Carlos, Analista Legislativo, está analisando a

constitucionalidade de uma Lei aprovada pelo município. De acordo com o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, qual órgão tem competência para declarar a inconstitucionalidade de uma lei municipal?

- (A) Tribunal de Contas do Estado.
- (B) Tribunal de Justiça do Estado.
- (C) Senado Federal.
- (D) Câmara Municipal.
- (E) Supremo Tribunal Federal.

Questão 53

Durante um treinamento para novos servidores, Julia, Analista Legislativa, explicou que todos os atos da Administração Pública devem seguir princípios fundamentais. Qual dos princípios abaixo não faz parte dos princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal?

- (A) Moralidade.
- (B) Eficiência.
- (C) Publicidade.
- (D) Legalidade.
- (E) Motivação.

Questão 54

Paulo, Analista Legislativo, precisa redigir um memorando interno para informar seus colegas sobre uma nova diretriz da Câmara. Qual das seguintes características é típica de um memorando?

- (A) É restrito ao uso do Poder Judiciário.
- (B) Serve para tratar de assuntos de menor relevância, como decisões administrativas simples.
- (C) Deve ser utilizado para comunicação externa.
- (D) Pode ser assinado por qualquer servidor, independentemente do cargo.
- (E) Possui linguagem formal, mas objetiva e sucinta.

Questão 55

Roberta, Analista Legislativa, está elaborando um parecer sobre as competências dos entes federativos. Qual das seguintes áreas é de competência comum da União, dos Estados e dos Municípios?

- (A) Explorar jazidas minerais.
- (B) Definir normas de direito civil.
- (C) Legislar sobre direito penal.
- (D) Emitir moeda.
- (E) Proteger o meio ambiente.

Questão 56

Na sessão plenária da Câmara Municipal, foi necessário instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Como Analista Legislativo, Roberta foi designada para preparar a documentação necessária. De acordo com a

Constituição Federal, qual é o requisito fundamental para a criação de uma CPI?

- (A) Aprovação pelo Tribunal de Contas do Município.
- (B) Aprovação pela maioria absoluta dos vereadores.
- (C) Iniciativa do Presidente da Câmara Municipal.
- (D) Requerimento de um terço dos membros da Câmara.
- (E) Determinação do Prefeito Municipal.

Questão 57

João, Analista Legislativo, está discutindo a importância das súmulas vinculantes no controle de constitucionalidade. Qual das opções a seguir descreve corretamente o efeito de uma súmula vinculante?

- (A) As súmulas vinculantes podem ser ignoradas pelas instâncias inferiores do Judiciário.
- (B) As súmulas vinculantes têm efeito apenas sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal.
- (C) As súmulas vinculantes podem ser aplicadas apenas em processos penais.
- (D) As súmulas vinculantes só têm efeito para o Poder Executivo.
- (E) As súmulas vinculantes vinculam todos os órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública.

Questão 58

João, Analista Legislativo recentemente empossado, recebeu a tarefa de redigir um ofício dirigido ao Prefeito Municipal para encaminhar uma proposta de emenda à Lei Orgânica. O documento precisa ser formal e seguir as diretrizes de redação oficial. Ao se dirigir ao Prefeito no texto, qual pronome de tratamento João deve utilizar para manter o rigor e a formalidade adequados ao cargo e à função administrativa?

- (A) Sua Excelência, por se tratar de um tratamento formal indireto.
- (B) Vossa Excelência, seguindo o padrão para chefes de Executivo.
- (C) Vossa Magnificência, por ser uma autoridade de alta hierarquia.
- (D) Vossa Alteza, como forma de expressar respeito hierárquico.
- (E) Vossa Senhoria, considerando que a comunicação é administrativa.

Questão 59

Joana, Analista Legislativa, foi designada para revisar um projeto de lei apresentado por um vereador. De acordo com a Lei Complementar nº 95/98, qual das seguintes partes deve ser incluída obrigatoriamente em um projeto de Lei?

- (A) Preâmbulo explicando o contexto histórico.
- (B) Artigos que definem sanções.
- (C) Introdução com justificativa pessoal do autor.

- (D) Citação de leis anteriores que tratam do tema.
- (E) Ementa que indique o assunto da Lei.

Questão 60

Carlos, Analista Legislativo, foi questionado sobre a possibilidade de questionar a inércia do poder público em cumprir determinada norma constitucional. Qual ação judicial é adequada para essa finalidade?

- (A) Reclamação constitucional.
- (B) Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão.
- (C) Habeas data.
- (D) Mandado de segurança.
- (E) Habeas corpus.